



Entre fábulas e ruínas: narrativas da libertação e a crise do nacionalismo na literatura angolana contemporânea¹

Marcela Santander²

RESUMO

Cinquenta anos após a independência, o ideal revolucionário angolano revela-se tensionado por narrativas que, longe de celebrarem a libertação como epopéia concluída, desmontam sua dimensão mítica. Este artigo propõe uma análise da trajetória da literatura angolana como campo de disputa simbólica sobre o passado, o presente e os sentidos da independência, tratando-a como espaço privilegiado de elaboração das ruínas do projeto nacionalista. Inspirado pela provocação de João Paulo Borges Coelho (2015), que identifica a narrativa da libertação moçambicana como uma “fábula” estatal, investiga-se como obras de autores como Pepetela, José Eduardo Agualusa e Ondjaki tematizam, com diferentes tonalidades estéticas e gerações políticas, os fantasmas da independência: o apagamento dos vencidos, a reinvenção oportunista da memória, a persistência do autoritarismo e a erosão da utopia socialista. A partir de uma abordagem antropológica e interpretativa, o ensaio se organiza em quatro momentos: (1) o papel da imprensa e da literatura no período colonial tardio; (2) a literatura revolucionária pós-independência; (3) os romances do desencanto nos anos 1990; e (4) a literatura contemporânea marcada pela estética da ruína e pela crítica à reinvenção neoliberal do Estado. Argumenta-se que essas narrativas literárias não apenas denunciam o colapso do projeto nacional, mas reconfiguram a própria ideia de independência, deslocando-a da fundação heroica para o presente inquieto e desigual que ainda a reivindica. A literatura, nesse sentido, funciona como contra-arquivo, abrindo espaço para outras temporalidades e outras formas de imaginar Angola.

Palavras-chave: Angola, pós-independência, literatura angolana, memória política, antropologia histórica.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

² Marcela Santander é Doutoranda e Mestra (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na linha de pesquisa em Antropologia Política. E-mail: mazzinha@gmail.com.



Introdução

Em novembro de 2025, Angola completa 50 anos de Independência. São 50 anos de um único partido no poder: desde que declarou a independência, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) manteve-se à frente do governo. Ao longo do período o país conviveu com a guerra civil, crises políticas e pouca expectativa de ascensão social³. O partido pôde (e em grande medida o fez) controlar as versões das narrativas que circularam sobre os processos nacionalistas, as guerras pela independência e atuar na construção de um imaginário heroico que engrandeceu feitos, estratégias e pessoas.

O historiador João Paulo Borges Coelho⁴ observa que muitos estados africanos buscaram construir uma “grande fábula” histórica, reprimindo publicamente memórias que desafiassem suas versões oficiais e revelassem demandas por outras liberdades. Com isso em mente, Fernanda Gallo⁵ argumenta que a história moçambicana recente tornou-se objeto de reconstrução estatal. Para a antropóloga, essa memória política da libertação continua a moldar o passado, orientar o presente e projetar o futuro do país. Do mesmo modo, argumento, tal fenômeno pode ser percebido em Angola; como formula Achille Mbembe (2013)⁶, muitos dos estados africanos no pós-colonialismo não só reivindicaram o monopólio da verdade, mas também tomaram para si o papel de historiador, controlando a nomeação dos acontecimentos históricos.

Nesse sentido, o antropólogo Jon Schubert⁷ argumenta que a narrativa oficial do MPLA apresenta 2002, fim da guerra civil contra a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), como ano zero da história de Angola, em detrimento de 1975, data da independência. Esse marco permite ao partido apagar

³ Sobre o tema da ascensão social e classe média em Angola, ver: GASTROW, Claudia. Housing middle-classness: formality and the making of distinction in Luanda. *Africa*. n. 90, v.3, 2020. pp.509-528.; AUERBACH, Jess. *Da água ao vinho: tornando-se classe média em Angola*. Brasília: ABA Publicações, 2021.

⁴ COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 106, 2015. pp. 153-166.

⁵ GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. Literatura, memória e narrativa histórica em Moçambique. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 31, 2017. pp. 249-266.

⁶ MBEMBE, Achille. *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Ramada: Edições Pedagogo, 2013.

⁷ SCHUBERT, Jon. *Working the system: a political ethnography of the new Angola*. Ithaca: Cornell University Press, 2017.



eventos centrais e traumáticos do pós-independência, como a repressão ao 27 de Maio de 1977⁸ e a violência eleitoral de 1992⁹. Ao se apresentar como agente da paz e da reconstrução nacional, o MPLA associa qualquer crítica política à ameaça de retorno ao conflito, enquanto atribui à UNITA a responsabilidade pela guerra e pela desigualdade. O autor destaca que o 27 de Maio, em particular, permanece como um “segredo aberto”, cuja memória atua como forma de intimidação e controle político. A história oficial silencia a violência interna ao MPLA e homogeneiza o desejo nacional em torno da paz, da ordem e do desenvolvimento, projetando o partido como seu legítimo representante.

Contudo, o imaginário nacional angolano revela-se tensionado por narrativas que, longe de encarar a libertação como um processo linear e triunfante, colocam as versões oficiais sob suspeição, explorando as minúcias da experiência social que escapam à narrativa histórica. A literatura, nesse sentido, não apenas interroga os grandes feitos da história pós-colonial, mas também registra as ambiguidades, os silêncios e os impasses de um processo que permanece inacabado.

Se as narrativas estatais procuram fixar a independência como ponto de unidade do MPLA, a ficção literária oferece a possibilidade de observar os detalhes e as contradições do cotidiano, as marcas da violência não dita e os espectros da guerra civil que permeiam o cotidiano. Ao narrar esses fragmentos, romances de autores como Pepetela, José Eduardo Agualusa e Ondjaki produzem uma perspectiva marginal de um período da história angolana que é complexo, contraditório e verossímil, no qual

⁸ Há uma bibliografia que perpassa pelos acontecimentos do 27 de Maio, em língua inglesa, como em BIRMINGHAM, David. *A short History of Modern Angola*. Oxford: Oxford University Press, 2015. Há obras que abordam os incidentes produzidas por vítimas, como FRANCISCO, Miguel. *Nuvem negra: o drama do 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007; e dos dirigentes do próprio MPLA, cf., por exemplo, CARREIRA, Iko. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Dom Quixote, 1997. / Autores que tratam do 27 de Maio: MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. *Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. / PAWSON, Lara. *In the name of the People: Angola's forgotten massacre*. Londres: IB Tauris, 2014. / SANTANDER, Marcela. *Nito Alves, o herói inimigo: acusação e diferenciação em Angola pós-independência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

⁹ Cf., por exemplo, ANSTEE, Margaret Joan. *Orphan of the Cold War. The inside story of the collapse of the Angolan peace process, 1992-93*. New York: St. Martin's Press, 1996. / MILHAZES, José. “Golpe Nito Alves” e outros momentos da história de Angola vistos do Kremlin. Lisboa: Alêtheia Editores, 2013. / BITTENCOURT, Marcelo. As eleições angolanas de 1992. *Revista TEL*, v.7, n.2, 2016. pp. 170-192.



a utopia socialista se dissolve em melancolia, e os heróis de ontem se transformam em personagens espectrais, desgastados pelo tempo e pela corrupção.

Este artigo parte justamente dessas tensões entre discurso oficial e experiência vivida para analisar a trajetória da literatura angolana contemporânea e suas relações com os processos históricos e políticos do país. O objetivo é observar como diferentes momentos da história angolana — da luta anticolonial à reconstrução pós-guerra — foram representados e tensionados por obras literárias, especialmente aquelas que enfrentam os silêncios e contradições do projeto nacionalista. Ao contrário de uma história a contrapelo¹⁰, as narrativas não pretendem substituir uma memória hegemônica por outra, mas tensionam a própria ideia de história na medida em que propõem uma forma mais fluida e dispersa de pensar o passado. Essa descida ao ordinário, nos termos de Veena Das¹¹, apresenta uma história que não se escreve apenas nos grandes eventos, mas também nos pequenos gestos, nas ambiguidades do cotidiano e nas hesitações da memória.

Este ensaio não pretende uma crítica literária aos textos da época, tampouco esmiuçar seu conteúdo, como propõem as análises que aproximam as obras literárias de etnografias. A partir da congruência entre literatura e realidade e a despeito de seus limites, proponho olhar para os contextos de produção da literatura angolana em quatro momentos e refletir em que medida os campos da literatura e da política se entrelaçaram.

A metodologia adotada neste ensaio baseia-se em uma abordagem qualitativa e interpretativa de viés antropológico, que entende a literatura como campo de disputa simbólica em torno da memória, da autoridade política e da representação histórica. Trata-se, portanto, de uma análise que considera os romances como artefatos culturais inscritos em contextos sociais específicos, capazes de performar regimes de veridicção e moralidade política. O gesto comparativo permite observar tanto a continuidade de certos temas ao longo do tempo quanto os contrastes

¹⁰ STOLER, Ann Laura. *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton University Press, 2010.

¹¹ DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.



geracionais e estilísticos entre os autores. A literatura é tomada aqui não apenas como reflexo da realidade, mas como uma prática crítica que reinscreve o político e oferece novas possibilidades de imaginação social.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta uma breve contextualização da relação entre literatura e nacionalismo em Angola, com foco na formação das elites africanas autóctones e no papel da imprensa no início das contestações anticoloniais. A segunda seção analisa romances do período revolucionário, que exaltam os guerrilheiros da libertação e o projeto do MPLA, buscando fixar um ideal de unidade nacional. A terceira parte foca nos anos 1990, momento de desencanto e fragmentação, marcado pelo fim da Guerra Fria e pelo aprofundamento das contradições internas do país. Por fim, a quarta seção trata da literatura pós-guerra, cuja desconstrução da fábula nacionalista propõe estéticas da ruína, da hesitação e do desencanto como formas de narrar um presente saturado por fantasmas do passado e pela violência do neoliberalismo. Ao longo dessas seções, explora-se como o campo literário se entrelaça à história e à política angolana, abrindo brechas para narrativas que não cabem no arquivo oficial.

À guisa de conclusão, busco refletir de que maneira essa literatura cria um espaço de interrogação contínua, revelando as ambiguidades e os afetos que escapam das grandes narrativas oficiais. A memória angolana, por meio dessas obras, aparece como um campo instável, onde passado e presente se entrelaçam de forma fragmentada, inquieta e aberta à revisão.

A escrita da independência

Segundo José Luís Pires Laranjeira¹², a literatura nacional teve um papel fulcral na formação de identidades africanas, anteriores ainda aos processos de independência. Com a presença marcante de intelectuais, poetas e escritores entre os militantes dos movimentos de libertação, inclusive e especialmente no MPLA, a produção literária em Angola foi decisiva na formulação de concepções de *angolanidade* que sustentaram e impulsionaram as lutas anticoloniais. Esse vínculo foi

¹² LARANJEIRA, José Luís Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.



fundamental para consolidar a literatura como instrumento político e cultural da emancipação.

De acordo com Hohlfeldt e Carvalho¹³, a imprensa chegou a Angola no final da primeira metade do século XIX, com a primeira prensa trazida pelo Governador-Geral em 1845. Para os autores, três grandes fases podem ser percebidas nas análises históricas. A primeira, da imprensa oficial, foi marcada pelo uso do governo colonial, com anúncios de casamento e óbito, notas comerciais, partidas e chegadas, e outros; na década seguinte surgiu a imprensa independente, que trazia publicações diversas, como literatura e almanaques, com destaque para os primeiros jornais políticos já críticos ao colonialismo; chegando à imprensa profissional, que coincide com o Estado Novo e a ditadura salazarista, na década de 1920.

Se a imprensa oficial cumpriu um papel informativo junto da administração colonial, a imprensa livre representou o jornalismo republicano, produzido por importantes figuras no meio social, com profissões liberais definidas, mas que tomaram para si a tarefa de escrever para o público. É neste cenário que, conforme Hohlfeldt e Carvalho¹⁴:

[a] literatura, que começa a reivindicar sua especificidade nacional, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de autonomia da colônia, não se choca, antes acompanha, o texto jornalístico e, de certa maneira, nasce e se desenvolve com ele. Os jornais sempre dedicaram espaço às colaborações literárias e, por isso mesmo, a figura do intelectual ganha inquestionável relevo, sendo o jornalista e o literato, muitas vezes, a mesma pessoa.

Assim, jornalismo, literatura e política se entrecruzaram e se fundiram para serem constituídos e constituintes na e da oposição ao colonialismo português durante a segunda metade do século XIX até o início do século XX. Os jornais eram lócus de difusão das ideias de resistência; em suas edições constavam textos, suplementos e páginas literárias que faziam uso de expressões em kikongo, umbundu e kimbundu, contrapondo-se à imposição do português como língua oficial da colônia, aspecto de assimilação e civilidade. Aproveitando um momento de relativa liberdade

¹³ HOHLFELDT, Antonio; CARVALHO, Caroline Corso de. A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, n.35, v. 2, 2012. pp. 85-100.

¹⁴ Ibidem, p.96.



de expressão oriunda de uma monarquia liberal¹⁵, as obras tinham teor social e político que conversavam com os sentimentos republicanos que se fortaleciam em Portugal. Ainda assim, estes periódicos tinham vida efêmera, estando sempre na mira do governo colonial por pregarem ideais de independência. No entanto, quando fechados ou proibidos, não tardava para que reaparecessem sob diferentes títulos, com os mesmos editores e linha editorial, num ciclo constante que chama a atenção para a repetição dos mesmos nomes e grupos intelectuais.

É importante situar de onde saem as vozes deste momento do movimento nacionalista. Os primeiros jornais foram produzidos por homens brancos, dos centros urbanos de Luanda e Benguela¹⁶, republicanos, exilados políticos que se contrapunham ao regime monárquico do país e que encontraram no embate ao colonialismo uma forma de expressão contra o governo¹⁷. A geração posterior dessa imprensa livre, por sua vez, foi constituída majoritariamente por mestiços e negros de origem africana.

O incentivo à imigração para Angola por parte de Portugal, no final do século XIX, reconfigurou uma sociedade já estruturada hierarquicamente, uma vez que o aparato colonial garantia privilégios aos portugueses. Nascimento¹⁸ explica que durante a República Portuguesa, período compreendido entre 1910 e 1926, qualquer negro que falasse português e soubesse ler e escrever era categorizado como civilizado. Com o início do Estado Novo português, em 1932, houve o endurecimento do controle sobre as colônias, intensificando as distinções entre angolanos e portugueses através do regime do Indigenato, em vigor até 1961. A partir dele, apenas aos brancos era reservada a categoria de civilizado, num “esforço empreendido por

¹⁵ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

¹⁶ O que não significa que as contestações contra lusitanos se concentravam apenas nessas regiões. A Revolta do Bailundo que ocorreu na região do Planalto Central em 1902 é um exemplo. Cf. DULLEY, Iracema. A historiografia sobre a ‘conversão’ nas colônias portuguesas na África e a trajetória de Jesse Chiula Chipenda. *África*, v.1, n. 35, 2015. pp. 57-86.

¹⁷ JACOB, Sheila Ribeiro. A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX. *Miscelânea*, n. 8, 2010. pp. 96-107.

¹⁸ NASCIMENTO, Washington Santos. Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David. *Anos 90*, v. 23, n. 44, 2016. pp. 265-289.



Portugal para proteger os portugueses menos qualificados da concorrência interna com os nativos”¹⁹.

Aos poucos, esses “antigos assimilados”²⁰ foram sendo empurrados pelas dinâmicas do regime do Indigenato para posições de menor prestígio no campo social, o que causou ressentimentos que ecoaram manifestações nos campos da literatura e da política. Durante o período republicano (1910-1926) organizaram-se em “associações de assimilados” e em partidos políticos²¹. Assim, se por um lado estamos diante de representantes de uma elite intelectual bastante ligada à situação colonial, que pode ser entendida enquanto categoria intermediária entre europeus e demais angolanos, por outro, estes antigos assimilados passaram também a se pensar enquanto angolanos muito antes que quaisquer outros²²; suas reflexões ecoaram na posterior formação dos movimentos de luta armada anticolonial, que surgiram fortemente ligados às elites intelectuais e atravessados pelas expressões literárias.

É na Europa, no entanto, que as ideias nacionalistas africanas se desenvolvem com mais força. Antes do golpe ditatorial, um sentimento nacionalista português tomou conta da metrópole e se alastrou entre portugueses nas colônias. No que tange à África lusófona, membros das elites angolanas, em contato com membros de elites de outras colônias, se organizaram internacionalmente e passaram a reivindicar conjuntamente o fim da discriminação racial e do trabalho forçado, melhorias nos sistema de ensino, infraestrutura, condições sanitárias, dentre outros.

Esse contexto crítico ao colonialismo criou condições para que fosse implementada a ditadura salazarista que recrudesceu os mecanismos de censura e repressão às manifestações políticas e culturais em Portugal e nas colônias. As camadas intelectuais angolanas sofreram com a censura e silenciamento,

¹⁹ Ibidem, p. 45.

²⁰ Categoria analítica usada para se referir às pessoas que estavam nessa posição ambígua de assimilação há mais tempo, em contraposição aos “novos assimilados”, que emergiram a partir das políticas de assimilação do Regime do Indigenato. Autores que aprofundam tais questões: 1) MESSIANT, Christine. *L'Angola colonial, histoire et société*. Les prémisses du mouvement nationaliste. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2006. 2) NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do mato: os novos assimilados em Luanda (1926-1961)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

²¹ WHEELER; PÉLISSIER, Op. cit., p. 176-178.

²² Cf. OLIVEIRA, Ariel Rolim. *Dissensões do universal: itinerários da imaginação popular em Angola*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.



perseguições, exílios e deportações. O cenário contestador da imprensa e literatura nacionalistas deu lugar, na década de 1920, à restrição dos espaços de produção e difusão literária e jornalística que perdurou por quase 30 anos²³.

A recuperação dos movimentos políticos e culturais seria retomada após 1940, influenciada diretamente pela elite urbana. Conforme Wheeler e Pélissier²⁴:

O redespertar das aspirações sociais e políticas após 1940 foi em parte inspirado e acompanhado por uma revitalização cultural que teve lugar entre a *intelligentsia* urbana e que se manifestou essencialmente sob a forma de uma regeneração literária, que procurou desenvolver formas e ideias africanas e angolanas. O meio de expressão era, quase sem excepção, a língua portuguesa, e foi empregue por uma geração mais nova de angolanos nascidos após 1920. Ao contrário da «Geração de 1890», constituída pelos escritores jornalístico-literários de Luanda, este novo grupo destacava-se na poesia e incluía angolanos mais cultos e com maior experiência no estrangeiro.

Em Luanda, surgiu um movimento organizado por estudantes assimilados e europeus, que se autodenominava 'Vamos Descobrir Angola' e a revista literária *A Mensagem - a Voz dos Naturais de Angola* é publicada. Poucos números circularam antes de sua proibição, contando com escritos de Viriato da Cruz e Mário de Andrade, que depois fundaram o MPLA. Em 1948, o *Movimento dos Novos Intelectuais de Angola*, liderado, entre outros, por Agostinho Neto, recuperou o mote 'Vamos Descobrir Angola!'. Para estes movimentos, "[c]onciliar um imaginário poético com uma práxis é caminho que começa apresentar-se profícuo para uma geração que, se ainda não tem respostas, assumiu, por inteiro, o direito de se interrogar"²⁵, assim, procuravam redefinir o passado e pensar sobre o futuro angolano, buscando uma conexão com a cultura africana em detrimento da portuguesa.

Liderados por angolanos negros e mestiços, essas organizações tiveram adesão de alguns portugueses e angolanos brancos, mas procuraram aumentar seu alcance e buscaram mobilizar o apoio das populações rurais. Conforme Bittencourt²⁶, em

²³ O que não quer dizer que houve um hiato na produção literária, cf. TAVARES, Ana Paula. Cinquenta anos de literatura angolana. *Via Atlântica*, v. 3, 1999. pp. 124-131.

²⁴ WHEELER; PÉLISSIER, Op. cit., p. 221.

²⁵ Cf. TAVARES, Op.cit. p. 127.

²⁶ BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.



especial os membros mais jovens e instruídos dessas organizações, influenciados pelas novas alternativas ideológicas de orientação marxista, postas pelo pós Segunda Guerra Mundial, compreendiam a necessidade de articular uma luta mais ampla, pautada numa perspectiva revolucionária, ou seja, uma passagem da divulgação cultural para a ação política clandestina.

Na década de 1950, a imprensa profissional continuou em atuação, acompanhando uma eclosão de pequenas células clandestinas anticoloniais por toda Angola. Paralelamente, em Portugal, a concentração de estudantes vindos das elites coloniais para formação acadêmica resultou em articulações e alianças de suporte para estratégias de guerrilha e formação teórica e militar, originando vários grupos de libertação nas colônias lusófonas. É do exílio que “um poeta já revolucionário, Viriato da Cruz, em 1956 defendeu o imperativo de criar um Movimento Popular de Libertação de Angola”²⁷. Assim, Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara, mestiços, trabalharam no exterior pela formação do MPLA, fundado em 1956²⁸, segundo versão oficial do partido.

Portugal aumentou a repressão às contestações nas colônias, efetuando prisões de envolvidos nos movimentos anticoloniais, dentre os quais, muitos intelectuais, no inquérito que ficou conhecido como ‘Processo dos 50’. Embora tenha rompido parte da articulação das organizações nacionalistas, deu visibilidade internacional às contestações, colocando em xeque o discurso salazarista. Bittencourt salienta que as prisões efetuadas pela PIDE proporcionam-nos uma amostragem de quem se opunha contra o governo colonial: “em sua maioria funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, operários e estudantes. [...] quadros mais consciencializados da crioulidade e dos novos assimilados [...] tanto de formação católica como protestante [...] componentes de uma pequena burguesia”²⁹. A lista

²⁷ COSME, Leonel. A literatura e as guerras em Angola. No princípio era o verbo. *Cultura*, n. 34, 2015. pp. 1-6, p. 2-3.

²⁸ A data de criação do MPLA é um marco imerso em disputas, inclusive na busca pelo vanguardismo do nacionalismo angolano, articulado durante a guerra civil do país (1975-2002). Sobre as muitas especulações, ver Cf. BITTENCOURT, Op. cit., especialmente capítulo 9.

²⁹ BITTENCOURT, P. cit., p. 130.



serve ainda para indicar a presença de todos os grupos raciais, afastando a leitura de um movimento organizado por mestiços.

Dentre os desdobramentos do 'Processo dos 50', o atentado de 4 de fevereiro de 1961 talvez seja o de maior relevância. Na data, a prisão de São Paulo, em Luanda, foi atacada, libertando os presos. O MPLA assume a ação, numa tentativa de se estabelecer na vanguarda dos grupos de libertação. Pouco após o '4 de Fevereiro'³⁰, enquanto muitos dos envolvidos nos movimentos contestatórios se exilaram na Europa e na África, teve início a luta armada anticolonial, com forte ofensiva portuguesa. Durante as guerrilhas, no período compreendido entre 1961 e 1974, a trajetória da literatura angolana torna-se testemunhal, sendo a poesia uma das manifestações mais potentes. Conforme Padilha³¹:

[...] quando se analisa essa produção, pondo-a em relação com as guerras, vê-se que o sujeito produtor de versos perfaz uma trajetória instigante, se tomada em seu conjunto. Primeiro, tal sujeito se projeta como parte de um coletivo em transformação. Nesse momento, o imaginário dos poetas insiste em construir um espaço simbólico marcado pelo halo de certeza na construção do homem novo, esteja tal poeta historicamente produzindo seu texto no palco das operações bélicas; encarcerado dentro ou fora de sua pátria, ou mesmo no exílio, a reforçar o sentido da luta e da resistência. Os textos assim produzidos adensam não apenas o seu corpo expressional, do ponto de vista estético, mas se adensam como um compromisso ético e histórico, sobretudo por sua força testemunhal.

Essas publicações, ainda que produzidas durante a guerra anticolonial, só chegariam a Angola no pós-independência, pois a vigilância do governo colonial era intensa. No entanto, alguns literatos exilados continuaram produzindo prosa e poesia que circulavam internacionalmente, com destaque para Luandino Vieira, prisioneiro na prisão política do Tarrafal, que publicou, em 1964, *Luuanda*³², livro composto por três contos que traziam à tona protestos sociais latentes, e que recebeu dois prêmios literários, o Prêmio Mota Veiga, atribuído pela Sociedade Cultural de Angola em

³⁰ O episódio ficou conhecido como 4 de Fevereiro e é celebrado até os dias de hoje no país, em memória ao Dia do Início da Luta de Libertação Nacional. O aeroporto de Luanda foi nomeado Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, em referência à data.

³¹ PADILHA, Laura Cavalcante. Guerra, poesia, estilhaç[ament]os – um olhar para Angola. *Mulemba*, v. 1, n. 1, 2009. pp.1-14, p. 4.

³² VIEIRA, Luandino. *Luuanda*. Luanda: ABC de Luanda, 1964 [1963].



Luanda em 1964³³, e o primeiro Prêmio de Romance da Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1965, interpretado como um “gesto com repercussões políticas e reprovado pelo governo”³⁴. Como observa Macedo, a censura operante à época repreendeu tais associações, tendo dissolvido tanto a Sociedade Cultural de Angola quanto a Sociedade Portuguesa de Escritores³⁵.

A grande atividade dos intelectuais se deu na militância dos movimentos nacionalistas, mesmo que boa parte dos esforços tenha se dado a partir da produção de boletins, propagandas e material de divulgação para as comunidades internacionais. Assim, a imprensa e a literatura não apenas acompanharam, mas moldaram a emergência de uma consciência nacional angolana, articulando elites urbanas, estudantes e escritores na luta contra o domínio colonial e na invenção simbólica da independência.

Angola pós-independência: o MPLA como autor de uma nação

No calor do processo de descolonização, a literatura angolana emergiu como instrumento político e simbólico da revolução. Ainda fortemente marcada pelo impulso utópico das lutas de libertação, a produção literária do imediato pós-independência foi atravessada por um duplo movimento: de um lado, a tentativa de consolidar uma narrativa nacionalista que unisse povo, partido e pátria; de outro, a inscrição, ainda que tênue, das primeiras fraturas desse mesmo projeto.

Naquele momento de criação de um “estado-nação”, conforme lembra Padilha³⁶, a liberdade ainda operava sob uma lógica disciplinar, “cujos poderes de controle se dissimulam ao mesmo tempo que se multiplicam”. É nesta medida que o poder da escrita permaneceu tanto, ou mais, representativo politicamente no pós-independência quando comparada aos tempos coloniais. Essa ambivalência se

³³ MACEDO, Tania. Intelectuais e a censura em Portugal: o caso do livro *Luuanda*, de José Luandino Vieira. *Revista Brasileira De História*, v. 43, n. 93, 2023. pp.179–197.

³⁴ WHEELER; PÉLISSIER, Op. cit., p. 223.

³⁵ MACEDO, Op. cit..

³⁶ PADILHA, Op. cit., p. 8.



expressa também na leitura de Marcon³⁷, para quem:

A publicação literária dos primeiros quinze anos após a independência, em Angola, carrega esta autoridade [de registro histórico], porque [...] foi a forma de expressão escrita em livros e a modalidade de interpretação mais significativa produzida nos primeiros anos da constituição do país. É a modalidade de registro escrito e narrativo mais contundente em termos de produção de memória sobre a nação.

O autor argumenta ainda que a produção literária da UEA figurou nos currículos escolares, juntando-se às antologias criadas para o projeto de educação do MPLA e livros produzidos pelo Centro de Estudos Angolanos. Assim, a alfabetização e a leitura em Angola, em português³⁸, deu-se, em grande medida, por intermédio do partido. Do ponto de vista da produção e difusão das obras, todas as publicações em Angola “foram realizadas pela União dos Escritores Angolanos ou pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), que negociavam a publicação com as editoras do exterior”³⁹.

No limite, o MPLA pôde influenciar nas publicações que circularam no país e fora dele. Esse controle sobre o que podia ser publicado ou circulado revela a dimensão estratégica da literatura enquanto instrumento de poder simbólico. Conforme analisa o filósofo Michel Foucault⁴⁰, a produção do discurso é controlada, organizada e distribuída de modo a conjurar poderes; ele não é neutro. Segundo o filósofo, a verdade é produzida a partir de discursos que são escolhidos dentre diversas possibilidades. Estes discursos não estão, no entanto, isentos de poder político e/ou econômico. Ainda, a relação entre mídia, memória e política evidenciam os modos como a literatura angolana e a imprensa puderam construir suas representações do passado e projeções de futuro, da contestação anticolonial ao pós-independência.

³⁷ MARCON, Frank. Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola. *História Revista*, v. 16, n. 1, 2011. pp. 31-51. p. 40.

³⁸ Via de regra, como coloca Marcon (Op. cit.), as línguas dos colonizadores, impostas pelos impérios como signo de civilização, acabaram tornando-se a língua oficial quando das independências das nações africanas. No entanto, é necessário atentar, para além de como se ensina, o quê se ensina. Cf. APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

³⁹ MARCON. Op. cit., p. 34.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.



Após a independência, foi possível observar dois movimentos quanto às publicações literárias em Angola. O primeiro, buscava dar forma à produção utópica censurada nos tempos da guerrilha, por exemplo, com a publicação das coletâneas de poesias escritas nas guerrilhas e nos presídios; como *Onze poemas em novembro* (1976), de Manuel Rui, *Memória da longa resistência popular* (1976), de Nito Alves, e, dentre os mais conhecidos, *Poesia com Armas* (1975), de Costa Andrade, conhecido como Ndunduma. Na poesia, sua escrita mobiliza imagens de combate, de resgate histórico e de reinvenção do povo angolano como sujeito de sua própria libertação. A palavra poética é investida de uma função performativa: nomear é também transformar. Além disso, Ndunduma foi diretor do *Jornal de Angola*⁴¹ e seus editoriais difundiram e fundiram-se ao discurso oficial do MPLA, reforçando a ligação entre literatura, jornalismo e legitimação política no imediato pós-independência.

Desse período é também a obra *As aventuras de Ngunga*⁴² (1972), de Pepetela. Anterior à independência, a obra se consolidou como referência formativa no contexto do nacionalismo angolano. Destinada especialmente ao público jovem, acompanha a trajetória de um adolescente em processo de engajamento político e amadurecimento ideológico, enquanto percorre as zonas libertadas durante a luta armada. A personagem *Ngunga* encarna os princípios do projeto revolucionário, como disciplina, consciência coletiva, bravura e entrega à causa, sendo frequentemente interpretado como emblema do “homem novo”⁴³ que o MPLA buscava promover.

O segundo movimento, encabeçado pelos griôs, foi marcado por uma escrita engajada com a construção da nova nação. Segundo Nascimento⁴⁴: “[n]estas obras o

⁴¹ Em 1977, dois anos após a independência, o *Jornal de Angola* era o único jornal de circulação diária no país, uma vez que o *Diário de Luanda*, criado em 1936, foi encerrado no bojo das dissidências nitistas que se davam no interior do MPLA. O *Jornal* representava uma voz dominante no país, porque seus escritos eram também transmitidos pela Rádio Nacional, chegando à população que permanecia analfabeta e/ou sem acesso a jornais. Cf. SANTANDER, Op. cit.

⁴² PEPETELA. *As aventuras de Ngunga*. São Paulo: Ática, 1980.

⁴³ O conceito de homem novo, difundido por regimes como o soviético, chinês e cubano, foi adaptado às particularidades de cada contexto. Na poesia de combate africana em língua portuguesa, o guerrilheiro encarna essa figura: um sujeito revolucionário e sacrificial, moldado por ideais coletivos, que assume a missão de libertar o seu povo, articulando traços locais com valores políticos comuns aos diversos movimentos de libertação. Cf. LUÍS, Solange Evangelista. O Homem Novo nas literaturas africanas em língua portuguesa pré-independência. *Cadernos do CEOM*, v. 33, n. 53, 2020. pp. 51-61.

⁴⁴ NASCIMENTO, 2016, Op. cit., p. 275-276.



narrador funciona [...] como griot, ou seja, um cronista dos eventos do cotidiano, fazendo uso de suas memórias e experiências individuais e coletivas. [...] Este conjunto de obras cumpre um papel formativo importante, em um contexto no qual a história de Angola, enquanto uma escrita científica produzida pelos próprios angolanos, ainda estava pouco ou não escrita.” Também inserido nesse contexto está Uanhenga Xitu⁴⁵, cuja obra ficcional contribui para a consolidação de uma linguagem literária enraizada na oralidade e na experiência popular urbana. Em romances como *Mestre Tamoda* (1974), *Manana* (1974) e *Maka na Sanzala* (1979), Xitu constrói personagens inseridos no contexto da reconstrução nacional, expondo com humor e agudeza as tensões da sociedade angolana pós-independência. Sua prosa funciona como crônica das tensões do cotidiano e das contradições do projeto revolucionário, servindo de contraponto à retórica oficial sem nunca se desligar inteiramente do horizonte político da libertação.

Em ambos os movimentos literários é visível o empenho do MPLA em manter literatura e imprensa atreladas às lutas anticoloniais e à política subsequente, fenômeno percebido não só em Angola, mas no nacionalismo africano de modo mais amplo, em consonância com a categoria de homem novo e em continuidade ao que Fanon chamou de literatura de combate, aquela que “convoca todo um povo à luta pela existência nacional”⁴⁶. Torna perceptível, ainda, o envolvimento de membros das camadas intelectuais na formação dos movimentos nacionalistas em posições distintas, de dirigentes e lideranças, como foi o caso do MPLA⁴⁷.

Assim, imaginários vão se entrelaçando, se estreitando, para emergir uma unidade nacional, um futuro, um projeto disciplinador a uma nação que passava a ser educada em suas normas, que assistiu à purga que se seguiu ao ‘27 de Maio’. Observam-se obras que objetivaram dar conta, por um lado, da unificação de diferentes identificações étnicas que fervilhavam desde antes da independência, mas

⁴⁵ Uanhenga Xitu, nome em quimbundo de Agostinho André Mendes de Carvalho, nasceu em Calomboloca, município de Icolo e Bengo, em 29 de agosto de 1924. Foi preso político em 1959, integrando o chamado “Processo dos 50”, e cumpriu oito anos de pena no campo de concentração do Tarrafal. Influente membro do MPLA, inclusive por seus vínculos com Agostinho Neto, membro fundador da UEA, ocupou cargos importantes no governo angolano até seu falecimento, em 2014.

⁴⁶ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁴⁷ Embora meu recorte seja o MPLA, cabe lembrar que a relação entre literatos e militantes não era exclusividade do partido. Jonas Savimbi, líder da UNITA, também era escritor e poeta.



eram constantemente articuladas pela UNITA na guerra civil. Tentavam também reforçar a cultura nacional, resgatar e criar tradições; escrever e construir o passado.

O gesto literário funcionava como um prolongamento da luta armada, deslocando o campo de batalha para a linguagem. A exaltação do povo e dos mártires da guerra de libertação respondia a uma urgência de fundação: era preciso narrar a nação como um corpo coeso, com raízes comuns e um destino partilhado. O Estado angolano nascente apropriou-se, em parte, desse discurso, integrando-o à pedagogia da unidade nacional e à lógica de centralização promovida pelo MPLA.

Assim, mais do que veículo de propaganda, a produção literária do imediato pós-independência revela-se um campo de disputa simbólica, em que a promessa revolucionária convive com os espectros da colonialidade. Mesmo na sua dimensão mais celebratória, essa literatura já antecipa os impasses do projeto nacional, ao inscrever no texto não apenas o herói libertador, mas também o sujeito comum, fragmentado, atravessado por perdas e dúvidas, e muitas vezes deslocado do centro da narrativa oficial.

Ao incorporar elementos do cotidiano, afetos contraditórios e ambiguidades identitárias, a literatura foi se tornando o espaço onde certos silenciamentos puderam ser momentaneamente suspensos, ainda que de forma indireta ou hesitante, num primeiro momento, e mais explicitamente décadas mais tarde, especialmente após o término da guerra civil.

Entre as obras mais emblemáticas do período está *Mayombe*⁴⁸, de Pepetela, publicada em 1980, mas escrita ainda durante a luta armada. O romance inscreve a guerra de libertação nas matas do norte de Angola, acompanhando um grupo de guerrilheiros do MPLA, região que concentrou a 2ª Região Político-Militar (RPM) de Angola, cenário de atuação de muitos dos dirigentes e quadros políticos importantes que estiveram nas guerrilhas, inclusive o próprio Pepetela. A narrativa se constrói a partir de vozes múltiplas, permitindo entrever as tensões étnicas, ideológicas e pessoais que atravessavam o movimento revolucionário. Ainda que profundamente comprometido com a causa da libertação, *Mayombe* não se furta a revelar as

⁴⁸ PEPETELA. *Mayombe*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993 [1980].



contradições internas do projeto nacionalista, ao mostrar como a unidade em torno da luta contra o inimigo colonial convivia com disputas latentes sobre liderança, identidade e futuro. Nesse sentido, o romance opera uma pedagogia da revolução, mas também abre fissuras, deixando entrever o que seria mais tarde a fragmentação do sonho coletivo.

Na intersecção entre utopia e disciplina, celebração e crítica, a literatura do pós-independência construiu-se como lugar de mediação entre o passado colonial e o projeto de futuro, entre a unidade discursiva e as contradições sociais que logo viriam à tona.

A fábula da revolução encontra seus limites

Na medida em que os anos avançaram e a guerra civil se instalou como condição permanente, a promessa de um futuro luminoso começou a ceder espaço à decepção e à melancolia. Conforme Secco⁴⁹, a poesia angolana das décadas de 1980 e 1990, marcada por uma “geração das incertezas”, expressa a angústia e a decepção diante da persistente fome, miséria e crise social em Angola. Distante do otimismo revolucionário dos anos 1960, essa poesia se voltou ao interior da experiência humana, combinando signos sociais com indagações de ordem cósmica. A autora observa que os poetas do período, como João Maimona, João Melo, Paula Tavares e outros, exploraram uma visão crepuscular dos sonhos e da liberdade, asfixiados pela corrupção e pela desilusão pós-independência, com predominância de alegorias de ruína e da morte, assim como fazendo uso de imagens que funcionavam como metáforas poéticas de uma busca transcendental em meio ao colapso dos ideais, como vento, aves e abelhas.

A literatura em prosa acompanhou esse deslocamento, registrando o esgarçamento do projeto revolucionário e a emergência de novas formas de subjetividades marcadas pela frustração, pelo desencanto e pela desconfiança. Se nas primeiras décadas a literatura buscava evidenciar a nação em formação, no período

⁴⁹ SECCO, Carmem Lucia Tindó. Sendas de sonho e beleza (algumas reflexões sobre a poesia angolana hoje). In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia. *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006. pp. 93 a 104.





em questão ela se voltou para os efeitos subjetivos e sociais de sua erosão. Nos romances de autores como Pepetela e Agualusa, apresentados adiante, a utopia socialista já não aparece como horizonte possível, mas como ruína em processo. A escolha dos dois autores não é ao acaso.

Pepetela foi quadro importante do MPLA no período das guerrilhas, tendo atuado em setores de educação da 2ª RPM do MPLA, com base em Cabinda, onde fica a floresta de Mayombe (apresentando cruzamentos interessantes com o personagem *Teoria*, de *Mayombe*). Assumiu o cargo de Vice-Ministro da Educação do governo no imediato pós-independência e foi um dos nomes da chamada “Comissão das Lágrimas”⁵⁰, constituída após o 27 de Maio de 1977, com função de ouvir acusados de envolvimento com a suposta intentona. Anos mais tarde o autor deixa o MPLA e também Angola. O historiador Jean-Michel Mabeko-Tali⁵¹ identifica Pepetela como representante da extrema-esquerda do MPLA, que acabou sendo, em grande medida, abafada ao longo da década de 1970 pelas dissidências internas no processo de legitimação do MPLA como partido e governo.

Escrito poucos anos depois da independência, em *O cão e os caluandas*⁵² (1985), Pepetela apresenta uma alegoria da crise nacional, num tom de crítica social e moral da (não tão) nova elite. Trata-se de uma crônica satírica de Luanda pós-independência, onde um cão estrangeiro anda pela cidade e observa o caos. De forma sagaz, o autor reverbera vícios de classe e medos compartilhados em época de escassez e privilégios

⁵⁰ Após o 27 de Maio, ocorreram prisões arbitrárias, torturas e execuções sumárias, atribuídas especialmente à DISA (Direção de Informação e Segurança de Angola) e a um Tribunal Militar Especial, apelidado de Comissão das Lágrimas. Composta por militantes do MPLA, como Rui Mingas, Pepetela e Luandino Vieira, sua atuação foi apagada e minimizada por seus integrantes que afirmavam ter apenas selecionado depoimentos. Em 2005, Pepetela pediu ao MPLA que esclarecesse seu papel no episódio, mas não houve resposta oficial. Suas declarações foram duramente contestadas pelo historiador Carlos Pacheco e por familiares das vítimas. Cf. ROTHWELL, Phillip. *Pepetela and the MPLA. The ethical evolution of a revolutionary writer*. Cambridge: Legenda, 2019. O escritor António Lobo Antunes publicou, em 2011, um livro intitulado *Comissão das Lágrimas*, inspirado por Elvira Conceição, Virinha, que esteve à frente do Batalhão Feminino do MPLA. e morreu depois de sessões de torturas na prisão, após ser capturada por envolvimento com fraccionismo, mas, contam, cantava sem parar, ainda que a voz tenha enrouquecido. ANTUNES, António Lobo. *Comissão das Lágrimas*. Lisboa: Alfaguara, 2013.

⁵¹ Para fins analíticos, Mabeko-Tali identifica quatro correntes ideológicas no interior do MPLA entre 1975 e 1977: pragmatistas, tradicionalistas, extrema-esquerda ‘abafada’ e nitistas, cujas diferenças se baseavam mais em disputas ideológicas do que em distinções sociais, já que partilhavam capitais simbólicos semelhantes. Cf. MABEKO-TALI, Jean-Michel. 2001. *Dissidências e poder de estado - o MPLA perante si próprio (1962-1977): ensaio de história política*. Vol. I e II. Luanda: Nzila.

⁵² PEPETELA. *O cão e os caluandas*. São Paulo: Kapulana, 2019 [1985].



mantidos por poucos.

Contudo, é em *A geração da utopia*⁵³ (1992) que o autor apresenta o romance do (seu) desencanto por excelência na literatura angolana. A narrativa acompanha a trajetória de um grupo de amigos intelectuais que entra para a luta armada e, depois da independência, se depara com o fracasso dos ideais revolucionários. Na obra, Pepetela recupera o entusiasmo da juventude militante dos anos 1960 e 1970 apenas para confrontá-lo com a desagregação moral e política do presente. O texto alterna tempos, personagens e tonalidades para mostrar que, mesmo entre os vencedores, restaram traumas não resolvidos e ideais sacrificados.

O romance revela o processo de transformação da utopia socialista em cinismo e autoritarismo, expondo a ruína da narrativa revolucionária que sustentava os ideais de uma Angola livre, justa e igualitária. A utopia de uma sociedade sem favorecimentos nem perseguições é gradualmente obliterada pela luta interna pelo poder, na qual cada indivíduo busca afirmar sua própria ideologia e garantir sua posição. Nesse sentido, a promessa de transformação é substituída por um regime que mantém e redistribui os antigos privilégios, agora sob a bandeira do nacionalismo e da reconstrução.

A sociedade angolana dos anos 1980, tal como retratada no romance, é construída sobre os escombros dessa utopia. A revolução, capturada pelo projeto autoritário do MPLA, passa a servir aos interesses de uma elite urbana luandense, em grande medida, herdeira dos privilégios coloniais. Nesse cenário, os sobreviventes da revolução emergem como figuras melancólicas, desiludidas com os rumos tomados pelo projeto ao qual se dedicaram. O desencanto torna-se um traço dominante dessas personagens que, uma vez investidas de esperança, agora testemunham a corrosão de seus ideais. A crítica à burocratização do Estado, à corrupção e ao autoritarismo revela uma consciência amarga de que o nacionalismo revolucionário foi, ele também, capturado por lógicas de poder e de silenciamento.

Além de *A geração da utopia*, outra obra que retrata o período do imediato pós-independência é *Estação das chuvas*⁵⁴ (1996), de José Eduardo Agualusa, publicada

⁵³ PEPETELA. *A geração da utopia*. São Paulo: LeYa, 2013 [1992].

⁵⁴ AGUALUSA, José Eduardo. *Estação das chuvas*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.



em 1996. Ambas as obras construíram uma reflexão sobre o esgotamento do ideal revolucionário, a partir de vozes que estiveram próximas (ou dentro) do processo, tornando a literatura o lugar singular de elaboração crítica dos afetos interditos da nação: sua melancolia, seus espectros e suas hesitações.

Agualusa, nascido em 1960 em Huambo, pertence a uma segunda geração de escritores africanos pós-independência, marcada pela problematização crítica dos legados da luta anticolonial. De ascendência portuguesa, o escritor viveu entre Angola, Portugal e Brasil, construindo uma trajetória marcada pela atuação jornalística e literária. Sua proximidade inicial com a UNITA se deu ao cobrir a guerra civil entre o partido que fazia oposição armada ao MPLA, trajetória que contribuiu para sua posição deslocada em relação à narrativa histórica hegemônica no país. Agualusa escreve a partir de um lugar ambíguo: inserido no campo cultural angolano, mas também em trânsito, observador crítico de dentro e de fora. Seus romances, embora ficcionais, dialogam com a história recente de Angola, compondo uma literatura atravessada pela memória e pela desconfiança frente aos discursos oficiais.

Conforme observa Borges⁵⁵, o esforço de Agualusa consiste em compor um gesto narrativo que, mesmo fundado na imaginação, busca iluminar zonas opacas da história nacional. Sua ficção entrelaça personagens fictícios e figuras históricas, borrando as fronteiras entre invenção e documento, fabulação e arquivo. Nesse sentido, sua obra atua como uma espécie de “historiografia literária”, interessada não tanto em reconstituir fatos, mas em tensionar versões e desenterrar silêncios.

Publicado em 1996, *Estação das chuvas* é uma reconstrução ficcional da vida de Lídia do Carmo Ferreira, personagem inspirada na poeta e militante Lília Momplé, desaparecida no contexto das repressões que se seguiram ao 27 de Maio de 1977. Narrada por um alter ego do autor, a investigação mistura jornalismo e ficção ao reconstruir a trajetória de Lídia a partir de entrevistas, cartas e fragmentos de memória, evocando não apenas a trajetória da personagem, mas a própria impossibilidade de narrá-la plenamente. Trata-se de um romance sobre o apagamento, seja da memória, dos corpos ou dos arquivos, e sobre os limites da linguagem frente ao

⁵⁵ BORGES, Wellington Costa. Homem, águas, fronteiras e palavras: José Eduardo Agualusa e a construção da identidade em trânsito. *Revista Espacialidades*, [S. l.], v. 16, n. 2, 2020. pp. 213–231.



trauma, antecipando o que Das e outros antropólogos⁵⁶ demonstraram anos mais tarde, tanto pela dificuldade de seus interlocutores em narrar seus sofrimentos, quanto em suas próprias atividades de campo.

A figura de Lídia, militante comunista e crítica do autoritarismo pós-independência, emerge como um espectro incômodo, um corpo que não pôde ser sepultado e cuja história resiste à clausura do silêncio. Ao convocar esse fantasma, Agualusa não pretende restaurar uma verdade única, mas tornar visível a violência do esquecimento. A literatura, aqui, opera como uma forma de reinscrição ética que desestabiliza a narrativa oficial de libertação e progresso promovida pelo MPLA. *Estação das Chuvas* articula, portanto, uma crítica contundente à captura da revolução por estruturas autoritárias. A memória aparece como campo de batalha, espaço de disputa em que o passado não está nunca totalmente concluído.

Lídia, enquanto personagem ausente, é também índice de um trauma coletivo que Angola tenta elaborar. No país, sobretudo no rescaldo à repressão ao 27 de Maio, e também em decorrência da guerra civil, milhares de pessoas permanecem desaparecidas, portanto, essa narrativa do luto sem corpo é recorrente em muitas famílias. A literatura, nesse contexto, opera como forma de elaboração do luto político: por meio dela, é possível nomear a perda, dar forma à desilusão e refletir sobre os mecanismos de silenciamento e repressão que se seguiram à independência. Torna-se, assim, um dos raros lugares em que se pode pensar o tempo não como progresso linear, mas como sobreposição de camadas, de fantasmas e de restos. Essa temporalidade fragmentada, feita de retornos e interrupções, recusa a linearidade heroica da história oficial e aposta numa ética da escuta, da hesitação e da dúvida.

Pós-guerra e a reinvenção do presente e do passado

Com o fim oficial da guerra civil em 2002, a literatura angolana inaugura uma nova fase, marcada pelos traumas e desigualdades que sobreviveram ao conflito.

⁵⁶ DAS, Op. cit.; / ROSALDO, Renato. *The day of Shelly's death*. The poetry and ethnography of grief. Durham: Duke University Press, 2014. / PARREIRAS, Carolina. O excesso no matar e a dor em excesso: dilemas etnográficos a partir de uma narrativa de violência, morte e luto. *Antropolítica*, n.57, v.1, 2025. pp.1-26.



Marcada por narrativas mais fragmentadas, ambivalentes e introspectivas, o colapso da utopia revolucionária e a consolidação de um regime autoritário e neoliberal conformaram um contexto difícil de representar: um país em reconstrução, mas também profundamente desigual, corroído pela corrupção e pela violência difusa. Nesse contexto, o foco dos heróis da libertação passa para os sujeitos ordinários e das batalhas ideológicas para os conflitos cotidianos.

Literatura e propaganda convergem na construção de uma história oficial centrada na reconciliação e no progresso, ancorada na retórica da paz promovida pelo Estado como narrativa de reconciliação e progresso, num contexto favorecido pela alta do petróleo e pela entrada de capital estrangeiro⁵⁷, embora muitas vezes essas versões ocultem as continuidades da exclusão social. Inserida no sistema-mundo, essa literatura também responde às assimetrias do desenvolvimento global, tensionada entre ser mercadoria que circula no mercado internacional e espaço de crítica às contradições históricas e contemporâneas, como o colonialismo, a guerra civil e o neoliberalismo⁵⁸.

As obras de Pepetela, Agualusa e Ondjaki, analisadas a seguir, enfrentam as contradições do presente por meio de estéticas heterogêneas, que oscilam entre o realismo crítico, a alegoria, a memória afetiva e a fabulação distópica. Ao invés de restaurar uma narrativa nacional coesa, os romances apresentam fragmentados tempo e sujeitos, criando personagens que habitam uma Angola marcada pela ambivalência: ao mesmo tempo moderna e desigual, próspera e espectral, esquecida e saturada de passado. A escolha do corpus literário tem a intenção de, primeiro, mostrar a continuidade nos fluxos de pensamento dos autores abordados anteriormente. O acréscimo de Ondjaki, permite, por um lado, incluir o olhar de uma geração posterior à dos autores já mencionados, ao mesmo tempo que não deixa de trazer vivências marcadas por experiências relacionadas ao MPLA.

Ondjaki (Ndalú de Almeida), nascido em Luanda em 1977, numa família ligada ao MPLA, inscreve em suas obras memórias melancólicas da infância, marcada pela

⁵⁷ AUERBACH, Jess. Op. Cit.

⁵⁸ RODRIGUES, Adriana Cristina Aguiar. Luanda, cidade-mundo, ou da estética do desenvolvimento desigual em *Os Transparentes*, de Ondjaki. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 40, 2021. pp. 364-399.



presença do projeto socialista e pela guerra civil, e filtradas por um humor sutil. *Bom Dia, Camaradas* (2001) é exemplar dessa abordagem. O romance narra, pela voz de uma criança, o cotidiano em uma escola de Luanda nos anos 1980, onde professores cubanos, hinos revolucionários e filas por comida se entrelaçam às descobertas da infância. Longe de ser uma crítica explícita ao regime, a obra mobiliza a memória afetiva para revelar os impasses da utopia socialista a partir de suas margens, deixando entrever um tom de ternura nostálgica e ambivalente.

Essa perspectiva infantil reaparece em *AvóDezanove e o segredo do soviético*⁵⁹ (2008), ambientado num bairro popular de Luanda logo após a independência. A história explora a relação entre o passado colonial, a presença soviética e a vida cotidiana dos moradores, mostrando como esses elementos se entrelaçam e afetam suas vidas. O mausoléu em construção simboliza as transformações e ameaças que pairam sobre a comunidade. A trama gira em torno de um grupo de crianças que tenta impedir a demolição da casa da AvóDezanove, enquanto circula o boato de que um soviético estaria enterrado sob o terreno. A presença estrangeira é tratada com ironia e absurdo, revelando as tensões do nacionalismo através de uma linguagem lírica e lúdica. A infância funciona como espaço de reimaginação da história, permitindo narrar a utopia não mais como doutrina, mas como lembrança difusa, atravessada por afetos contraditórios.

Em *Os transparentes*⁶⁰ (2012), Ondjaki intensifica sua crítica ao presente ao retratar uma Luanda distópica, onde os cidadãos literalmente desaparecem diante do olhar do Estado, uma metáfora da invisibilidade social e a dissolução da esperança coletiva. O romance se inicia com a imagem de um cego e de um menino vendedor de conchas, que juntos tentam imaginar a cor do fogo (visível para um, sensível para o outro) enquanto fogem de uma explosão iminente. Aos poucos, revela-se que essa ameaça simboliza a destruição causada pela especulação petrolífera em Luanda, transformada num canteiro de obras instável com apoio de potências como EUA, Rússia, França, Índia e Brasil. Essa atmosfera apocalíptica atravessa toda a narrativa e

⁵⁹ ONDJAKI. *AvóDezanove e o segredo do soviético*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 [2008].

⁶⁰ ONDJAKI. *Os transparentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [2012].



culmina na retomada do capítulo inicial, quando a cidade colapsa sob os escombros do século XXI.

Na obra, Luanda é habitada por personagens como Odonato, que vai literalmente se tornando invisível. O romance reencena os traumas da guerra e os efeitos corrosivos do capitalismo de Estado, apontando para a persistência da desigualdade como fantasma do passado. O autor mistura realismo mágico, crônica urbana e fábula política para traçar um retrato da Angola contemporânea, em que os escombros da utopia ainda assombram o presente. A linguagem fragmentada e a multiplicidade de vozes constroem uma narrativa polifônica, onde o passado não se apresenta como fundamento, mas como ruído.

Agualusa também se debruça sobre as memórias e identidades em disputa no pós-guerra angolano. Em *O vendedor de passados*⁶¹ (2004), o autor radicaliza a ideia de que a identidade angolana está em disputa. O protagonista, Félix Ventura, um arquivista de biografias inventadas, encarna a ficcionalização da memória como mercadoria, uma metáfora aguda para um país onde o passado é reescrito a serviço do poder. Seus personagens oscilam entre autenticidade e performance, refletindo a instabilidade da identidade nacional. Nessa direção, Agualusa questiona a própria possibilidade de uma narrativa nacional coesa, propondo uma literatura que tematiza a incerteza e a reinvenção como estratégias de sobrevivência.

Como analisa Bezerra⁶², ao transformar o genealogista, essa figura tradicional africana, num traficante de memórias, Agualusa propõe uma leitura oblíqua dessa tradição africana, onde a reinvenção do passado se torna uma forma de sobrevivência. Félix Ventura, ao forjar documentos de um passado inventado, reinventa a tradição pela via da escrita e, apesar de romper com os moldes tradicionais da memória, permanece como mediador da presença do passado. A ironia é cortante: num país marcado por apagamentos históricos e narrativas oficiais hegemônicas, o romance propõe uma fábula sobre o desejo de reinvenção e a conveniência do esquecimento. Agualusa desmonta a linearidade da história e joga com a fabulação como modo de

⁶¹ AGUALUSA, José Eduardo. *O vendedor de passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

⁶² BEZERRA, Ana Cristina Pinto. A construção do personagem Félix Ventura: o “vendedor de passados” de Agualusa. *Revista Crioula*, n. 12, 2012. n.p.



resistência e suspeição. Seu gesto revela como o presente reconfigura o olhar sobre o passado, ao mesmo tempo em que esse passado, ainda que fabulado, se reinscreve no presente, projetando um futuro incerto.

Já Pepetela, autor que atravessou todas as fases da literatura angolana pós-colonial, como demonstrado, oferece em *Predadores*⁶³ (2005) uma crônica amarga da nova elite angolana. A obra acompanha a ascensão de Vladimiro Caposso, representante da elite política e econômica de Luanda. Desde as primeiras páginas, temas como poder e violência estruturam a narrativa e introduzem o leitor em uma viagem por três décadas da história angolana. A temporalidade do romance se estende de 1974 a 2004, acompanhando eventos históricos e políticos decisivos para o processo de construção nacional, enquanto espelha, em paralelo, a escalada econômica e social do protagonista.

O autor apresenta ainda uma crítica ao MPLA a partir de uma cena poderosa. Ao assassinar a amante, o protagonista aproveita o contexto das eleições presidenciais para incriminar a UNITA, simulando uma ameaça política. O narrador, com olhar crítico, observa que, ao atribuir o crime à UNITA, Caposso sabia que ninguém investigaria o acontecimento, revelando o funcionamento cínico da justiça e das disputas de poder em Angola. Enquanto acompanha o empresário inescrupuloso, ascendido no contexto da economia de pilhagem instaurada após o fim da guerra, o romance mostra a ética revolucionária sendo substituída pela busca desenfreada por lucro e status. Aqui, a literatura realiza uma autópsia do presente, expondo a continuidade das violências através de outras lógicas: não mais a repressão ideológica, mas a captura neoliberal.

Essas obras evidenciam como a literatura angolana contemporânea se tornou um espaço de elaboração do luto da revolução, um campo de disputas simbólicas onde a memória é desestabilizada, a identidade é performada, e o tempo é desorganizado. Em lugar da glória, a ambivalência; no lugar do herói, o sujeito comum; no lugar do progresso, o colapso cotidiano. A literatura pós-guerra recusa a teleologia da história oficial e aposta numa estética da suspeição e da hesitação, em que é possível ainda, por

⁶³ PEPETELA. *Predadores*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008 [2005].



entre escombros e fantasmas, imaginar outras formas de futuro. Ao situar a literatura angolana contemporânea nesse horizonte, é possível perceber como ela responde não apenas aos traumas internos da história nacional, mas também às formas globais de dominação, questão que ressoa, em escala mais ampla, com o desafio de pensar a literatura num mundo cada vez mais desigual, interconectado e em ruínas.

Conclusão

No contexto do pós-independência, a consolidação do poder do MPLA exigiu a produção de uma narrativa nacional que unificasse uma população diversa e fragmentada. Para garantir sua legitimidade, o partido instrumentalizou elementos como a memória, a literatura, a angolanidade e o passado, fundindo a história nacional à sua própria trajetória e apagando outras versões concorrentes da luta pela independência.

No caso angolano, os silêncios que permeiam a história oficial não derivam de lacunas naturais das fontes, mas de operações de apagamento político que, como argumenta Trouillot⁶⁴, constituem a própria tessitura da narrativa dominante. A elaboração da história como versão única da verdade é, portanto, inseparável da legitimação de um projeto de poder que se prolonga até o presente.

Neste cenário, a literatura angolana se torna um espaço privilegiado para observar o descompasso entre o discurso da unidade nacional e a experiência vivida. O cruzamento entre antropologia e literatura permite compreender esse processo a partir do duplo movimento da alteridade: ao fazer um discurso sobre o outro, seja este outro real ou fictício, reflexivamente fala-se sobre si e projeta-se também uma posição crítica sobre o outro. Ao percorrer a trajetória da literatura angolana a partir de obras selecionadas, desde o imediato pós-independência até o período contemporâneo pós-guerra civil, é possível observar como a produção literária permanece em constante diálogo e tensão com as narrativas oficiais e a história nacional. Em diferentes momentos, ora se reafirmam os ideais da libertação, ora são expostas as suas fraturas, silenciamentos e promessas não cumpridas, e, mais recentemente,

⁶⁴ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.



questiona-se a própria possibilidade de um projeto coletivo único.

Assim, a análise das obras de autores como Pepetela, José Eduardo Agualusa e Ondjaki, em três momentos distintos da produção literária angolana, revela a importância da escrita na história da luta anticolonial no país; uma história, contada a partir de um ponto de vista, dentre outras possíveis. As narrativas analisadas não propõem uma simples substituição dessa história oficial, mas tensionam formas de lembrar, narrar e arquivar. Ao desorganizar as cronologias lineares e dar lugar aos gestos ordinários, às vozes marginalizadas e às ruínas da utopia, esses romances funcionam

É nesse ponto que a reflexão de Trouillot⁶⁵ sobre o silenciamento na produção histórica se torna fundamental. Para o autor, o silêncio não é ausência, mas efeito de processos ativos de poder que operam na criação dos fatos, na seleção dos arquivos, na composição das narrativas e na atribuição de sentido à história. Toda narrativa histórica, portanto, carrega um conjunto específico de silêncios, atravessada por disputas sobre quem tem o direito de narrar e o que merece ser lembrado. O passado, assim, não é um dado neutro a ser acessado, mas uma posição tomada no presente, e é nesse presente que se decide, reiteradamente, o que será preservado e o que será esquecido. O poder, portanto, não apenas molda os conteúdos da história: também define os modos legítimos de contá-la. A história não sucede o poder, ela o reforça, ao performar o esquecimento como consenso e a lembrança como fidelidade.

Frente a isso, a literatura emerge como dispositivo contra-hegemônico: não uma simples reparação dos silêncios, mas um campo de disputa simbólica em que os arquivos podem ser reimaginados e as ruínas narradas. As obras discutidas revelam diferentes posicionalidades geracionais e políticas, refletindo modos diversos de encarar o colapso da fábula nacionalista. Embora distintos entre si, esses olhares convergem ao recusar a reconciliação simplista entre passado e presente. A literatura angolana contemporânea se afirma, assim, como dispositivo crítico, capaz de reconfigurar os sentidos da história, tensionar a memória e abrir novas possibilidades para a reinscrição do político.

⁶⁵ TROUILLOT, Op.cit..





Referências bibliográficas

- AGUALUSA, José Eduardo. Estação das chuvas. Lisboa: Dom Quixote, 1996.
- AGUALUSA, José Eduardo. O vendedor de passados. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.
- ANSTEE, Margaret Joan. Orphan of the Cold War. The inside story of the collapse of the Angolan peace process, 1992-93. New York: St. Martin's Press, 1996.
- ANTUNES, António Lobo. Comissão das Lágrimas. Lisboa: Alfaguara, 2013.
- APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AUERBACH, Jess. Da água ao vinho: tornando-se classe média em Angola. Brasília: ABA Publicações, 2021.
- BEZERRA, Ana Cristina Pinto. A construção do personagem Félix Ventura: o "vendedor de passados" de Agualusa. Revista Crioula, n. 12, 2012. n.p.
- BIRMINGHAM, David. A short History of Modern Angola. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- BITTENCOURT, Marcelo. Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana. Lisboa: Vega, 1999.
- BITTENCOURT, Marcelo. As eleições angolanas de 1992. Revista TEL, v.7, n.2, 2016. pp. 170-192.
- BORGES, Wellington Costa. Homem, águas, fronteiras e palavras: José Eduardo Agualusa e a construção da identidade em trânsito. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 16, n. 2, 2020. pp. 213-231.
- CARREIRA, Iko. O pensamento estratégico de Agostinho Neto. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. Revista crítica de ciências sociais, Coimbra, n. 106, 2015. pp. 153-166.
- COSME, Leonel. A literatura e as guerras em Angola. No princípio era o verbo. Cultura, n. 34, 2015. pp. 1-6.
- DAS, Veena. Life and words: violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.
- DULLEY, Iracema. A historiografia sobre a 'conversão' nas colônias portuguesas na África e a trajetória de Jesse Chiula Chipenda. África, v.1, n. 35, 2015. pp. 57-86.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRANCISCO, Miguel. Nuvem negra: o drama do 27 de Maio de 1977. Lisboa: Clássica Editora, 2007.
- GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. Literatura, memória e narrativa histórica em Moçambique. Via Atlântica, São Paulo, n. 31, 2017. pp. 249-266.
- GASTROW, Claudia. Housing middle-classness: formality and the making of distinction in Luanda. Africa. n. 90, v.3, 2020. pp.509-528.
- HOHLFELDT, Antonio; CARVALHO, Caroline Corso de. A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, n.35, v. 2, 2012. pp. 85-100.
- JACOB, Sheila Ribeiro. A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX. Miscelânea, n. 8, 2010. pp. 96-107.
- LARANJEIRA, José Luís Pires. Literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LUÍS, Solange Evangelista. O Homem Novo nas literaturas africanas em língua portuguesa pré-independência. Cadernos do CEOM, v. 33, n. 53, 2020. pp. 51-61.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. 2001. Dissidências e poder de estado – o MPLA perante si próprio (1962-1977): ensaio de história política. Vol. I e II. Luanda: Nzila.
- MACEDO, Tania. Intelectuais e a censura em Portugal: o caso do livro Luanda, de José Luandino Vieira. Revista Brasileira De História, v. 43, n. 93, 2023. pp.179-197.
- MARCON, Frank. Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola. História Revista, v. 16, n. 1, 2011. pp. 31-51.
- MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- MBEMBE, Achille. África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial. Ramada: Edições Pedagogo, 2013.
- MESSIAINT, Christine. L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2006.



- MILHAZES, José. "Golpe Nito Alves" e outros momentos da história de Angola vistos do Kremlin. Lisboa: Alétheia Editores, 2013.
- NASCIMENTO, Washington Santos. Gentes do mato: os novos assimilados em Luanda (1926-1961). Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- NASCIMENTO, Washington Santos. Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David. Anos 90, v. 23, n. 44, 2016. pp. 265-289.
- OLIVEIRA, Ariel Rolim. Dissensões do universal: itinerários da imaginação popular em Angola. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ONDJAKI. AvóDezanove e o segredo do soviético. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 [2008].
- ONDJAKI. Os transparentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [2012].
- PADILHA, Laura Cavalcante. Guerra, poesia, estilhaç[ament]os – um olhar para Angola. Mulemba, v. 1, n. 1, 2009. pp.1-14.
- PARREIRAS, Carolina. O excesso no matar e a dor em excesso: dilemas etnográficos a partir de uma narrativa de violência, morte e luto. Antropolítica, n.57, v.1, 2025. pp.1-26.
- PAWSON, Lara. In the name of the People: Angola's forgotten massacre. Londres: IB Tauris, 2014.
- PEPETELA. As aventuras de Ngunga. São Paulo: Ática, 1980.
- PEPETELA. Mayombe. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993 [1980].
- PEPETELA. O cão e os caluandas. São Paulo: Kapulana, 2019 [1985].
- PEPETELA. A geração da utopia. São Paulo: LeYa, 2013 [1992].
- PEPETELA. Predadores. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008 [2005].
- RODRIGUES, Adriana Cristina Aguiar. Luanda, cidade-mundo, ou da estética do desenvolvimento desigual em Os Transparentes, de Ondjaki. Via Atlântica, São Paulo, n. 40, 2021. pp. 364-399
- ROTHWELL, Phillip. Pepetela and the MPLA. The ethical evolution of a revolutionary writer. Cambridge: Legenda, 2019.
- ROSALDO, Renato. The day of Shelly's death. The poetry and ethnography of grief. Durham: Duke University Press, 2014.
- SANTANDER, Marcela. Nito Alves, o herói inimigo: acusação e diferenciação em Angola pós-independência. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.
- SECCO, Carmem Lucia Tindó. Sendas de sonho e beleza (algumas reflexões sobre a poesia angolana hoje). In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia. Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006. pp. 93 a 104.
- SCHUBERT, Jon. Working the system: a political ethnography of the new Angola. Ithaca: Cornell University Press, 2017.
- STOLER, Ann Laura. Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton University Press, 2010.
- TAVARES, Ana Paula. Cinquenta anos de literatura angolana. Via Atlântica, v. 3, 1999. pp. 124-131.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da História. Curitiba: Huya, 2016.
- VIEIRA, [José] Luandino. Luanda. Luanda: ABC de Luanda, 1964 [1963].
- WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. História de Angola. Lisboa: Tinta da China, 2009.



Between fables and ruins: narratives of liberation and the crisis of nationalism in contemporary Angolan literature

Abstract: Fifty years after independence, the Angolan revolutionary ideal reveals itself strained by narratives that, far from celebrating liberation as a concluded epic, dismantle its mythical dimension. This article proposes an analysis of the trajectory of Angolan literature as a field of symbolic dispute over the past, the present, and the meanings of independence, treating it as a privileged space for elaborating the ruins of the nationalist project. Inspired by João Paulo Borges Coelho's (2015) provocation, which identifies the Mozambican liberation narrative as a state "fable," the article examines how the works of authors such as Pepetela, José Eduardo Agualusa, and Ondjaki address, through distinct aesthetic registers and political generations, the ghosts of independence: the erasure of the defeated, the opportunistic reinvention of memory, the persistence of authoritarianism, and the erosion of the socialist utopia. Drawing on an anthropological and interpretive approach, the essay is structured in four movements: (1) the role of the press and literature in the late colonial period; (2) revolutionary literature in the post-independence era; (3) the novels of disenchantment in the 1990s; and (4) contemporary literature marked by the aesthetics of ruin and by a critique of the neoliberal reinvention of the state. The argument advanced is that these literary narratives not only denounce the collapse of the national project but also reconfigure the very idea of independence, displacing it from its heroic foundation toward the restless and unequal present that still claims it. Literature, in this sense, functions as a counter-archive, opening space for other temporalities and alternative ways of imagining Angola.

Keywords: Angola, post-independence, Angolan literature, political memory, historical anthropology.

Recebido: julho/2025

Aprovado: novembro/2025.